

Espera pelo inesperado

Edgar Morin

OPRESSÃO E RESISTÊNCIA NA PERIFERIA DO MERCADO MUNDIAL

Notas sobre a Subalternização da Mão de Obra da África Subsaariana

Thomas A. Mitschein¹

¹ Thomas A. Mitschein – Sociólogo, Dr. Phil pela Universidade de Muenster - Alemanha, desde 1992 pesquisador e docente em entidades técnico-científicas de países amazônicos, atualmente coordena junto com a Profª. Esp. Maria Lúcia Ohana o Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento - Fomentando a Criação de uma moderna Civilização da Biomassa na Amazônia e é Professor do Núcleo de Meio Ambiente.

Sumário:

À guisa de uma Introdução	03
1. Da Revolta dos Escravos de São Tomé aos Jacobinos Negros do Haiti	07
2. Sobre o Retalhamento da África na Época do Capitalismo Industrial	13
2.1 O colonialismo belga e o <i>coração das trevas</i> (J. Conrad) na Bacia do Congo	15
3. Dos <i>Condenados da Terra</i> de Frantz Fanon à <i>Afrotopia</i> de Felwine Sarr	21
4. Referencias bibliográficas	28

À guisa de uma Introdução

“A burguesia – escrevem Marx e Engels no Manifesto Comunista (MEW Bd. 4 p. 466, tradução T.M.) - leva a que, através da rápida melhoria dos instrumentos de produção, e da facilitação da comunicação de todos, até mesmo as mais bárbaras nações sejam levadas de encontro à civilização. Os preços baixos de suas mercadorias são a artilharia pesada, com a qual destroem todas as muralhas da China, com a qual forçam à capitulação até a mais persistente xenofobia dos bárbaros. A burguesia obriga todas as nações a se ajustarem ao seu modo de produção, a menos que queiram ser destruídas. Ela obriga a todas a introduzir a assim chamada civilização, isto é, tornar-se burguês. Numa palavra, ela cria um mundo à sua imagem.”

Mas o que significava esta abordagem sobre a fatalidade da internacionalização do modo de produção capitalista para aquele enorme exército humano da periferia ultramarina do mercado mundial que, em 1850, representava aproximadamente três quartos de uma população mundial de 1,262 bilhões de pessoas?

Em suas primeiras reflexões sobre esta problemática Marx apostava, com todas as letras, nos lados civilizatórios da expansão colonial do capitalismo industrial.

“A Inglaterra,” ele escreve em 1853, “precisa cumprir na Índia uma missão dupla: uma destrutiva e uma inovadora – a destruição da antiga ordem social da Ásia e a criação das bases materiais de uma ordem social de cunho ocidental na Ásia”. (MEW 9, p. 221, tradução T.M.).

Ou seja: Apesar de todas as barbaridades praticadas na Índia, o colonialismo inglês, ao revolucionar “o despotismo oriental”, se tornava para o teórico alemão (MEW 9, p. 132, 133, tradução T.M.) “o instrumento inconsciente da história” puxando, assim, a Ásia para o caminho do progresso socioeconômico. Tal progresso, porém, ganharia a sua face humana somente no momento em que nos países economicamente avançados uma grande revolução social entregasse a condução das forças produtivas modernas às mãos do proletariado. Nestes termos, revelava uma visão que identificava o

progresso histórico com os avanços das forças produtivas nos centros do mercado mundial no sentido de que "o país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido" (Marx 1980, p. 5).

Esta visão claramente eurocêntrica, resultado da *deificação* do desenvolvimento das forças produtivas, se tornou o *pai nosso* entre os socialistas do *velho continente* que vieram depois do autor de "O Capital".

Vale mencionar, neste contexto, os representantes da *Segunda Internacional* que somente deram maior atenção às condições de vida e ao futuro dos povos colonizados apenas no momento em que a corrida imperialista entre os principais estados europeus suscitava a possibilidade de um confronto armado de dimensões mundiais, fazendo com que os operários virassem recrutas de exércitos nacionais, lutando e morrendo nos campos de batalha pelos interesses de suas respectivas classes dominantes.

Diante deste perigo, a Internacional Socialista realizou sete anos antes do início da Primeira Guerra Mundial um Congresso na Cidade de Stuttgart (Alemanha) que priorizou a assim chamada *Questão Colonial*. Fazemos questão de mencionar, aqui, a Karl Kautsky (1907, p. 76, tradução e destaque T.M.), teórico- mor da ortodoxia marxista na socialdemocracia alemã.

"Os levantes dos próprios nativos contra a dominação externa sempre poderão contar com a simpatia do proletariado combativo. No entanto, diante do acumulado poder das nações capitalistas, não se deve esperar que **um único destes levantes** possa alcançar, atualmente, o seu objetivo. Somente vão piorar o destino dos nativos. Por mais que a socialdemocracia se sinta solidária com as suas rebeliões não tem como promovê-las considerando que, também, não incentiva revoltas sem perspectivas do proletariado na própria Europa."

Mas ao fazer da resistência dos nativos contra o regime colonial uma variável dependente do estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas, Kautsky introduzia uma profunda dose de *infâmia no conceito da maturidade* (Max Horkheimer), uma vez que, no dizer de Oskar Negt (1984 p. 83), "o protesto contra exploração, humilhação e opressão tem sua justificativa a partir

da ameaça atual da dignidade humana e não a partir da reflexão sobre aquilo que é socialmente possível.”²

Ou seja, na medida em que a socialdemocracia europeia encarava a realidade da colônia a partir do “relógio histórico” (Negt, Kluge 1982 p. 568, tradução T.M.) dos centros do capitalismo mundial, criava uma hierarquia entre o proletariado industrial enquanto suposto sujeito da história que estava predestinado a implementar “o reino da liberdade”(Marx) e os povos colonizados que, ao viverem em condições de não-simultaneidade com a lei capitalista de valor, representavam nada mais do que criaturas sofridas. E como tais, precisavam ser libertadas ou ajudadas de fora para dentro.

Para os povos colonizados, esta visão representava *expressis verbis* um contrassenso, uma vez que estava desligada completamente das condições de dominação, às quais estavam sujeitos.

Diante disso, era apenas uma questão de tempo para que surgissem novas abordagens sobre as perspectivas de suas lutas. E não é por acaso que os primeiros sinais de um enfoque novo foram dados na Rússia, um país que, do ponto de vista do desenvolvimento de suas forças produtivas, se encontrava no início do século XX “na fronteira entre os países civilizados (...) e os países não-europeus. (Lênin, 1970, p. 868, tradução T.M.)

Contudo, por mais que depois do *Outubro Vermelho de 1919* os bolcheviques tenham focalizado as lutas sociais e políticas nos países (neo)coloniais, como elemento indispensável da revolução socialista mundial. Diante do isolamento da Rússia Soviética, o *Comintern*, criado em março de 1920 em Moscou, acabou entrando, no dizer do próprio Lênin (1970), num processo de *russificação* que transformou o debate sobre o futuro das regiões não-europeias numa variável dependente das determinações políticas da USSR. Impediu-se, assim, a criação de um espaço teoricamente aberto e intelectualmente criativo, capaz de debater as modalidades e as dinâmicas das

² “Para alguém que está sendo levado à força – escrevem Oskar Negt e Alexander Kluge (1981. p. 567, tradução e destaque T. M.) - a ideia de que a sua situação não esteja madura para a rebelião, serve para nada. Tentar resistir, para ele, independe da avaliação intelectual que faz da sua situação histórica ou do seu estágio de desenvolvimento (...). Para ele, é a última chance para se salvar e, certamente, tentará resistir contra o seu destino se puder. **E uma trajetória histórica envolve (...) inúmeras situações concretas deste tipo.**”

lutas anti-(neo)coloniais; lutas, influenciadas, por sua vez, pelas mais diversas formas de articulação da lei capitalista de valor com uma miríade de históricos modos (re)produtivos na periferia do mercado mundial e que, via de regra, estavam separadas por distâncias oceânicas das elucubrações político-ideológicas das organizações socialistas ou comunistas de cunho europeu.

Diante deste flagrante dilema, uma (re)avaliação das contradições sócio-políticas na periferia do mercado mundial dependia fundamentalmente do surgimento de líderes e intelectuais autênticos nesta parte do planeta, capazes de se oporem ao endêmico mimetismo que, também, oprimia a maior parte dos cérebros de uma esquerda internacional que, diante dos avanços da industrialização retardaria na URSS, tinha o costume de aceitar as palavras do marxismo-leninismo de cunho soviético como verdades divinas. Mas entre aqueles que, dentro do próprio Sul, enfrentavam este desafio com lucidez e determinação, merece destaque o médico e psiquiatra Frantz Fanon que, após a Segunda Guerra Mundial, denunciava o colonialismo ocidental como gerador gigantesco de uma desordem sócio-mental e, ainda, aconselhava as lideranças das nações recém-descolonizadas a “não imitar a Europa”, insistindo na necessidade imperiosa de dirigirem os seus “músculos e cérebros numa outra direção.”

Focaliza-se, mais adiante, o legado deste intelectual de origem caribenha, nascido em Martinica, ilha de um arquipélago que, a partir do século XVII, tinha sido transformado num dos maiores produtores de açúcar do mercado mundial pela implantação de um regime de exploração, baseado no plantio da cana de açúcar e na escravidão da mão de obra de origem africana.

1. Da Revolta dos Escravos de São Tomé aos Jacobinos Negros do Haiti

“Há séculos – escreve Fanon (2010, p. 361) – a Europa deteve a progressão dos outros homens e os subjugou aos seus desígnios e à sua glória; há séculos, em nome de uma suposta “aventura espiritual”, ela estrangula quase a totalidade da humanidade.”

Esta avaliação vale especialmente para os povos nativos da África subsaariana que, durante o século XVI, estavam, no dizer de Ugo Pipitone (1995, p. 316), literalmente condenados a se tornarem escravos ou caçadores de escravos.

Neste contexto, vale lembrar que, àquela época, foi o império lusitano que se destacou pela introdução de um regime formal de transferência da mão de obra escrava para o *Novo Mundo*: em 1519, a partir de São Tomé, ilha à frente da costa da África Ocidental, estipulou “pela primeira vez na história do Ocidente – regras para triagem, embarque, alimento, transporte, marca a ferro em brasa e treino do africano para o escravismo moderno. Problemas de abastecimento das feitorias, dos armadores do pessoal a bordo se solucionam pela substituição alimentar. Inhame, banana, azeite de dendê, coco, pimenta-malagueta - cultivados naquelas regiões e de muito integrados na dieta guineana – tomam o lugar dos biscoitos de trigo, do queijo, do azeite de oliva, e do alho europeus na matalotagem dos marinheiros e do tráfico negreiro” (Alencastro 2016, p. 65).

Contudo, as formas de opressão em São Tomé provocaram, cinco anos antes da virada daquele século, uma revolta em massa, fazendo com que cerca de cinco mil escravos atacassem o polo militar-administrativo deste “laboratório tropical” (ibid. p. 63). E por mais que este levante tenha sido derrotado de forma impiedosa, contribuiu para a formulação de uma narrativa que, além de supor que entre os negros existia uma “consanguinidade insurrecional” (ibid.p. 65), abordava a África como “o continente de todas as bestialidades, o território de eleição do demônio.” (ibid., p. 53).

Uma narrativa, aliás, que, nem no *Século das Luzes*, foi desafiada de forma verdadeira. Vale trazer à memória que Jean Jacques Rousseau (1712 – 1788), por mais que tenha afirmado que “o direito da escravidão é nulo, não só porque é ilegítimo, mas porque é absurdo e nada significa,” fechou literalmente seus olhos diante do *code noir*, a famosa norma jurídica que legalizava a tortura e a mutilação física (Sala Molins 1987) dos escravos na França e em suas colônias ultramarinas.

E entre tais colônias se destacava Santo Domingo, um território de 30.000 km² no Mar das Caraíbas que tinha se tornado a pérola da coroa francesa. Ultrapassando a oferta de açúcar para o mercado mundial de todas as colônias britânicas das Ilhas Antilhanas (Moya Pons 2001), esta mesma colônia abrigava, em 1789, 500.000 escravos de origem africana, representando cerca de 90 % da população local. Não surpreende, portanto, que este imenso *proletariado externo do mercado mundial* (D. Ribeiro) tenha sentido o impacto da Revolução Francesa e de sua mensagem sobre a liberdade como direito natural para todos os seres humanos.

Dois anos após da *Queda da Bastilha* em Paris, inicia-se uma revolta que, nos próximos 13 anos levaria à derrota definitiva de tropas espanholas, inglesas e francesas em Santo Domingo. Diante desta façanha dos *Jacobinos Negros de São Domingos* (James 2000), torna-se indispensável fazer uma referência sucinta ao seu líder principal, **Toussaint L`Ouverture**.

Escravo até 43 anos de idade, Toussaint revelou-se um brilhante estrategista político, aproveitando-se, com astúcia, da intensa disputa entre os protagonistas dos Estados europeus envolvidos na exploração desta parte do seu espaço ultramarino.

Num primeiro momento, tornou-se aliado da aristocracia espanhola que, diante da revolta dos escravos, apostava na reintegração da parte francesa da Ilha ao seu império colonial. Mas, em abril de 1793, quando os dois recém chegados delegados do Diretório governamental de Paris decretaram em São Domingos o fim da escravidão, procurando atrair os sublevados negros à sua luta contra a invasão dos ingleses (por sua vez decididos a se apropriar da então mais próspera colônia da França), Toussaint não se deixa envolver

pela proposta, duvidando de sua sinceridade; vislumbrava que os governos europeus "não se deram davam ao trabalho de esconder que, em última instância, o negro só poderia esperar o chicote do feitor ou a baioneta" (James 2000, p. 136).

Contudo, depois da ratificação do decreto da abolição da escravatura pela Convenção francesa em janeiro de 1794, Toussaint junta-se às forças republicanas, consolidando a formação de um exército local, constituído, primordialmente, por soldados nascidos na África que obedeciam às ordens de comandantes que, em sua maioria, eram antigos escravos. De qualquer maneira, dispunha de uma força armada que, organizada em torno da guerra contra o cativo, estava bem treinada militarmente, logrando expulsar em 1798 as tropas britânicas da Ilha.³

Rejeitando a insinuação inglesa de que a Grã Bretanha pudesse apoiar um São Domingos politicamente independente, Toussaint iniciou a partir desta vitória a reorganização da Colônia. Determinou a regularização das atividades no setor primário nos seguintes termos: 50% dos resultados da produção entrariam integralmente no tesouro público e a metade restante seria dividida em partes iguais entre a mão de obra utilizada e os proprietários das unidades produtivas. Estabeleceu relações comerciais com os Estados Unidos e proclamou, em 1801, uma Constituição que decretou a abolição definitiva da escravidão, procurando estabelecer uma cooperação fraternal com a França da Grande Revolução, dando à ela "o papel de irmã mais velha, guia e mentora." (James 2000, p. 242). Entretanto, por mais que esta visão tenha gerado efeitos palpáveis no âmbito da sociedade local, uma vez que, no auge da liderança de Toussaint, os conflitos entre brancos e negros estavam sob controle e as atividades na agricultura tinham sido recuperadas notavelmente, ela não rimava nem minimamente com a ansiedade do governo francês pela retomada do fluxo dos fabulosos lucros da produção açucareira para os cofres da Pátria-

³ "Mas que homens são esses negros! Como lutam! E como morrem! É preciso guerrear contra eles para conhecer a sua coragem temerária em arrostar o perigo quando já não podem mais correr a estratagemas. Vi uma sólida coluna, despedaçada pela metralha de quatro tiros de canhão, avançar sem retroceder nenhum passo. Quanto mais companheiros caíam, maior que parecia a coragem dos que restavam. Avançavam cantando, pois os negros cantam o tempo todo, fazem músicas para todas as coisas. Aquela era uma canção de homens bravos, e dizia o seguinte:

Madrasta. Decidido a resolver este problema de uma vez por todas, Bonaparte, no final de 1801, envia uma Grande Armada para reintroduzir o cativo em Santo Domingo.

Enganado pelos oficiais do exército da “Grande Nação”, Toussaint acaba sendo aprisionado e levado para a França, onde, em virtude de “maus tratos, frio e fome” (ibid. 329), morre poucos meses antes da estrondosa derrota que Jean Jacques Dessalines e seu exército de libertação impuseram aos invasores franceses, criando, no primeiro de janeiro de 1804, com a República do Haiti o primeiro Estado independente da América Latina.

Contudo, a partir daí os governos haitianos enfrentavam um desafio de difícil solução: precisavam traçar caminhos futuros para um país que, no âmbito das relações de poder do sistema político-econômico internacional daquela época, estava condenado ao isolamento. E, ainda, enfrentava em casa a difícil convivência entre negros e mulatos que, pouco tempo após a independência⁴, se manifesta através de expressivas conflitos.⁵

Em 1806, após o assassinato de Dessalines, o Haiti foi dividido em duas unidades independentes. No Norte, berço da revolta dos escravos, governava o general negro Henri Christophe (1767-1820) que consolidou o regime de produção agrícola de Toussaint, arrendando as fazendas aos seus oficiais e responsabilizando-os pelo crescimento da produtividade de trabalho no âmbito do sistema *plantation*. Em 1811, transformou o seu território no *Reino do Haiti*, criando uma nobreza africana, à qual dava no recém construído palácio de Sans Souci, em Milot, o espaço adequado para a mimetização dos estilos de vida da aristocracia nas cortes europeias. (Carpentier 2014).

No Sul, se tornou Presidente Alexandre Petion (1770 – 1818), cuja trajetória de vida reflete com nitidez as mencionados tensões entre negros e

⁴ Ao ataque, granadeiro, quem morrer, problema seu. Esqueça a mãe. Esqueça o pai. Ao ataque granadeiro, quem morrer, problema seu”.

⁵ “As vantagens de ser branco eram tão evidentes – escreve o historiador C.L.J. James (2000, p. 530) - que o preconceito de raça contra os negros impregnou a mente dos mulatos, que tão amargamente se sentiram pelo tratamento preconceituoso que recebiam dos brancos. Os escravos negros e os mulatos se odiavam.”

mulatos numa colônia que tinha se sustentado fundamentalmente a partir do trabalho escravo dos africanos. Filho de mãe negra e de colono francês, Petion se formou na Academia Militar de Paris e, após sua volta à Ilha, participou do levante de 1791 e da guerra contra os britânicos. Todavia, depois da vitória contra a bandeira inglesa, tomou partido do general mulato Rigaud (1761 - 1811) que havia perdido o confronto armado pelo domínio da Ilha com as tropas de Touissant. Após esta derrota voltou com Rigaud à França. Retornou a Santo Domingo com a frota invasora de Napoleão. Mas, em outubro de 1802, mudou de lado voltando-se às forças nacionalistas, fazendo parte, em 29 de novembro de 1803, do grupo dos generais que determinou a independência política do país.

Conhecedor da vontade dos trabalhadores haitianos de se tornarem proprietários de um pedaço de terra própria, Petion iniciou como Presidente do Sul uma reforma agrária que envolvia todos os soldados do seu exército, fossem eles negros ou mulatos. Desta maneira, abriu gradualmente a porta para a transformação da agricultura de exportação para uma agricultura de subsistência que, da mesma forma em que criou um campesinato livre, reduziu expressivamente a *revenue* das instâncias governamentais.

Em 1820, após a reintegração do Norte à jovem República, esta política foi generalizada por seu sucessor Jean Pierre Boyer (1776 – 1850) que criava, assim, uma base sólida de lealdade popular numa situação em que o governo do Haiti enfrentou, por parte do antigo poder colonial, a exigência absurda de pagar 150 milhões de francos para indenizar os colonos franceses pela perda de suas propriedades (terras e escravos (!)) e para estabelecer o reconhecimento diplomático do país por parte da França. Este país, determinado a reforçar a sua posição nas negociações, ordenou em 1825 ao comandante de uma frota de doze navios de guerra ancorada nas águas de Porto Príncipe o bombardeio da capital haitiana. Diante desta ameaça, Boyer aceitou aceitando o pagamento do mencionado valor que representava dez vezes a receita anual fiscal de Haiti. Tomou para este fim um crédito de um banco francês que, por sua vez preparou as bases do estrangulamento econômico dos herdeiros dos jacobinos negros que, no dizer de Eduardo

Galeano (2010), “impuseram uma tremenda derrota às tropas de Napoleão Bonaparte”.

Ou como escreveu o intelectual uruguaio (destaque T. M.):

*“O Haiti foi o primeiro país livre das Américas. Os Estados Unidos haviam conquistado antes a sua independência, mas tinham meio milhão de escravos a trabalhar nas plantações de algodão e de tabaco. Jefferson era o dono de escravos, dizia que todos os homens são iguais, mas também dizia que os negros foram, são e serão inferiores. A bandeira dos homens livres levantou-se sobre as ruínas. A terra haitiana foi devastada pela monocultura do açúcar e arrasada pelas calamidades da guerra contra a França, e um terço da população havia morrido no combate. Então começou o bloqueio. A nação recém nascida foi condenada à solidão. (...). Nem sequer Simon Bolívar, que tão valente soube ser, teve a coragem de firmar o reconhecimento diplomático do país negro. Bolívar pode reiniciar a sua luta pela independência americana, quando a Espanha já havia o derrotado, graças ao apoio do Haiti. O governo haitiano havia-lhe entregue sete navios, muitas armas e soldados, com a única condição de que Bolívar libertasse os escravos, uma ideia que não havia ocorrido ao Libertador. Bolívar cumpriu com este compromisso, mas depois de sua vitória, quando já governava a Grande Colômbia, deu as costas ao país que o salvara. E quando convocou as nações americanas à reunião do Panamá, não convidou o Haiti, mas convidou a Inglaterra. Os Estados Unidos reconheceram o Haiti apenas sessenta anos depois do fim da guerra de independência, enquanto Etienne Serres, um gênio francês da anatomia, descobria em Paris que os negros são primitivos porque têm pouca distância entre o umbigo e o pênis. Por essa altura, o Haiti já estava na mão de ditaduras militares carniceiras, que destinavam os famélicos recursos do país ao pagamento da dívida francesa. **A Europa havia imposto ao Haiti a obrigação de pagar à França uma indenização gigantesca, a modo de perdão por haver cometido o delito da dignidade.**”*

2. O Retalhamento da África na Época do Capitalismo Industrial

Respondendo por um quinto do comércio internacional, mais de dois quintos da venda de bens manufaturados e, ainda, dispendo de um terço da marinha mercante do mundo, o Reino Unido se apresentava em meados do século XIX como “centro comercial do universo” (Kennedy 1989, p. 151), fazendo com que “os ingleses estivessem convencidos de que, segundo os princípios da economia política clássica, tinham descoberto o segredo que garantia tanto a prosperidade crescente como a harmonia mundial” (ibid, p. 156). Contudo, não eram poucos os países que desejavam alcançar a condição do poder econômico e político dos britânicos, levando em conta que, como ressaltava Friedrich List (1789 – 1846), “a guerra ou a possibilidade mesma da guerra torna o estabelecimento de uma capacidade industrial uma exigência indispensável para uma nação de primeira categoria.” (cit. in: Kennedy, ibid, p. 512).

Para o economista alemão, candidatos à condição de “nação de primeira categoria” eram a França, a Alemanha e os Estados Unidos. Entretanto, na realidade política do final do século XIX, este grupo, ainda, envolvia a Rússia, o Império Austro-Húngaro, a Itália e o Japão que tinham entrado na disputa pela melhoria de sua posição relativa no cenário internacional. De qualquer maneira, os avanços industriais e comerciais de todos os *late comers* daquela época acabaram afetando diretamente as modalidades de funcionamento do universo político-econômico global.

Naquele contexto, é pertinente lembrar que, abstraindo-se a experiência dos países ibéricos na América Latina, os representantes do capital mercantil europeu organizaram a exploração do polo periférico muito mais pela instalação de entrepostos militares e comerciais do que pela colonização e pelo controle direto de vastas áreas territoriais. Os ingleses, no auge de sua hegemonia industrial, naval, comercial e financeira, praticavam com perfeição esta linha de ação - através de uma política que combinava medidas de *soft power* (créditos, diplomacia etc.) com intervenções militares - fazendo com que as regiões periféricas se mantivessem abertas ao comércio mundial,

2.1 O colonialismo belga e o *coração das trevas* (J. Conrad) na Bacia do Congo

Criada em 1832 como monarquia constitucional, a Bélgica, país minúsculo da Europa Ocidental, contava no período de 1885 a 1905 com um chefe de Estado, Leopoldo II, cismado pela ideia de estabelecer um império colonial. Bastante hábil no aproveitamento das contradições entre os impérios europeus, conseguiu ser agraciado em Berlim, por meio de sua *Associação Internacional Africana* - AIA, (fundada em 1876 em Bruxelas como organização filantrópica) com uma área de 2.342.927,27 km² na Bacia do Congo que, grosso modo, corresponderia nos dias de hoje ao território da República Democrática do Congo (RDC). Esta imensa área passou a ser, até 1908, propriedade privada na mão de Leopoldo II.

Determinado a transformar a sua aventura congoleza num instrumento de enriquecimento pessoal, o interesse econômico do rei belga se dirigia, num primeiro momento, ao marfim. Ao montar no Interior do território um regime de exploração (caça de elefantes, carregamento do produto aos pontos de logística fluvial), baseado, por sua vez, na inserção coercitiva da mão de obra africana, o monarca passa a suscitar conflitos com protagonistas do Islam, já presentes na região onde, desde o início do século XVIII, haviam estabelecido na Ilha de Zanzibar um império comercial que cobria a demanda dos mercados árabes e indianos por escravos e marfim. Consequentemente, o projeto colonial de Leopoldo II precisava se relacionar com *local warlords* como Tippu Tip (1832 – 1905), um afro-árabe que fez fortuna através da venda de escravos para as fazendas de cravo em Zanzibar e da comercialização de marfim para compradores da costa do oceano Índico. Ou com Misri (1830 – 1891) que governou o sudeste de Katanga através de milícias, equipadas com armas de fogo de origem ocidental, financiadas, por sua vez, através da comercialização de cobre e marfim.

Leopoldo II, portanto, enfrentava problemas que faziam do estabelecimento de uma força militar própria uma *conditio sine qua non* para dar continuidade à sua empreitada colonialista. Porém, tal necessidade gerava

custos dificilmente compatíveis com a renda particular do monarca da Bélgica. Nesta situação, encontrou sua salvação a partir da crescente demanda por insumos de látex nos centros industriais do mercado mundial, uma vez que a Bacia do Congo era rica em espécies de borracha nativa. (Dressler, Schmidt, Zika 2014). Associado à empresa *Anglo-Belgian India Rubber Company* (ABIR), encarregada de organizar a exploração de todos os produtos florestais da região para um prazo de 30 anos, acabou aumentando, no período de 1890 a 1901, a exportação de borracha natural do Congo de 100 para 6 mil toneladas (!), arrumando, assim, uma fortuna fabulosa para o proprietário do *Estado Livre do Congo*, o que lhe permitiu investir em grandiosas obras públicas na Bélgica.

Contudo, a imagem de Leopoldo II como suposto estadista filantrópico, trabalhada pelos seus asseclas em casa, se chocou de forma flagrante com um regime coercitivo que transformou a sociedade regional numa espécie de campo de concentração, dentro do qual, pelas condições vigentes de exploração, cerca da metade da população foi mutilada ou perdeu a vida. Mas quem iria denunciar estas atrocidades, encabeçadas por um Chefe de Estado, inserido numa Europa Ocidental, cujas classes dominantes, no âmbito de suas relações com a população das regiões ultramarinas do mercado mundial, se comportavam, no dizer de Eric Hobsbawm (1996, p. 199) como “os senhores da humanidade”?

Foi o governo do Reino Unido que acabou atribuindo ao seu Cônsul para a África Ocidental, incluindo o Estado Livre do Congo, Roger Casement (904) a tarefa de elaborar um Relatório sobre os flagrantes abusos aos direitos humanos nesta parte da África Central.

Desta maneira, o famoso Relatório Casement contribuiu para deslanchar uma onda de críticas à política de Leopoldo II no Congo que, com os devidos atrasos, resultaram, em 1908, na transformação do Estado Livre em uma colônia da Bélgica. Esta, por sua vez, foi administrada por uma estreita aliança entre as instâncias do governo nacional, a igreja católica e grandes empresas de mineração, o que impediu deliberadamente o surgimento de uma elite negra

própria, negando aos jovens congolese o acesso às escolas de ensino superior.

Interrompida entre 1940 e 1944 pela ocupação da Bélgica por parte da Alemanha nazista, nos anos pós-guerra o governo retomou a sua política colonial anterior, apresentando em 1953, a contragosto, aliás, um plano de descolonização para um prazo de 30 anos (!), levantando a possibilidade de introduzir um regime político-econômico que deixaria as representações ministeriais na mão dos nativos, reservando as decisões relacionadas à burocracia estatal e à economia ao antigo poder colonial. Contudo, esta iniciativa se tornou inviável num momento histórico em que na África toda fervilhava em uma crescente onda anti-imperialista, materializada pela independência de Gana em 1957 e potencializada, um ano depois, através da Conferência Pan-africana, em Acra, capital ganesa, que girava em torno do lema de preferir uma independência perigosa a uma servidão tranquila.

No Congo, a dinâmica desta mesma onda ganhou uma velocidade acelerada. Certamente, é pouco surpreendente que numa colônia na qual o princípio do “*divide et impera*” tinha sido aplicado religiosamente pelo poder externo, o momento da abertura do regime colonial tenha levado ao surgimento de um grande número de grupos políticos, alinhados, primordialmente, às suas origens e lealdades regionais/ tribais.

Nas eleições de 1960, dos 137 assentos previstos no novo parlamento, 33 (24%) foram ganhos pelo Movimento Nacional Congolês (MNC), fundado um ano antes e liderado por Patrice Lumumba (1925 – 1961), um intelectual autodidata, oriundo de uma tribo menor do Estado de Kasai. Defendendo, nos moldes ideológicos do Panafricanismo, um nacionalismo militante, Lumumba conseguiu construir uma coligação política, envolvendo Joseph Kasa-Vubu (1910-1969), político do povo Bakongo, que assumiu a Presidência do país.

Desconfiado das verdadeiras intenções dos oficiais belgas que continuavam controlando, no Congo, os postos-chaves do exército, Lumumba acabou substituindo-os por nativos. Surgiu, a partir daí, um clima generalizado de tensão racial levando à eclosão de motins e vandalismo, e proporcionando a fuga de um crescente número de brancos. Nesta situação, a Bélgica pediu ao

governo congolês a permissão de reestabelecer a ordem através do envio de novos contingentes de soldados. Negando este pedido, Lumumba, por sua vez, solicitou à ONU ajuda militar, insistindo que a missão multilateral incluísse como meta a expulsão das tropas belgas de sua pátria. Inclusive, deixou claro, que, em caso de não atendimento desta reivindicação iria se aliar à União Soviética. Esta, por sua vez, atendeu ao pedido do suporte militar. Participou da tentativa de derrubar o governo secessionista de Moises Tschombé (1919 – 1969) de Katanga que, poucos dias depois da independência do Congo, tinha se declarado Presidente desta Província mais rica do novo Estado, resultado da exploração de recursos minerais como cobre, cobalto e urânio por grandes empresas do Ocidente. Todavia, com esta iniciativa, além de ter proporcionado massacres e fugas em massa nas áreas de combate, Lumumba tinha preparado o início do seu próprio fim no âmbito das relações de poder no próprio Congo.

Na capital, Leopoldville, o coronel Joseph Desiré Mobutu (1930 – 1997) discordou da política do seu Primeiro Ministro, se inserindo num *complot* que envolvia os serviços secretos da Bélgica, da França, dos EUA, e de uma ONU altamente partidária, além de protagonistas congolezes que priorizavam a ideia de se livrar o mais rápido possível de Patrice Lumumba. Acabaram entregando-o aos seus inimigos na capital de Katanga, onde, em janeiro de 1961, foi executado por um pelotão de fuzilamento, comandado por um oficial belga.

Quatro anos mais tarde, o mencionado Mobutu assumiu o governo através de um golpe militar. Iniciou uma campanha de autenticidade que mudou os nomes da capital, do rio, da moeda e do país para Kinshasa e Zaire respectivamente. Durante os longos 32 anos, nos quais se manteve no poder, instalou um regime ditatorial de enriquecimento pessoal que recebeu apoio dos EUA, da França, da Bélgica e, desde 1972, também de uma República Popular da China que, no âmbito de sua rivalidade com a União Soviética, tentou estabelecer uma aliança afro-asiática.

Todavia, o governo cleptocrático de Mobuto começava a tremer em suas bases no momento em que na arena internacional o desmoronamento do bloco soviético e o avanço das determinações do *Consenso de Washington* se

juntavam, na África Central, à galopante pauperização do povo do próprio Zaire, traduzida, por sua vez, na alta da inflação, na desvalorização da moeda nacional, no colapso das contas públicas e no crescimento dos mercados informais nas áreas urbanas. E, esta crise, concomitantemente, foi acompanhada no país vizinho, Ruanda, de uma explosão de violência tribal entre hutus e tutsis, o que levou 800.000 pessoas à morte.

Diante deste genocídio, acabou se fortalecendo a Frente Patriótica Ruandesa (FPR.) que, fundada por Paul Kagame em 1986, em Uganda, com refugiados tutsis, interveio na guerra civil ruandesa, impondo a viabilização de um cenário de pacificação. Todavia, considerando que o governo de Zaire armou e treinou em seu território refugiados hutus, o novo homem forte de Ruanda, em cooperação com Uganda e Burundi, deu suporte militar ao líder opositor Laurent Kabila (1939-2001) forçando Mobutu a deixar definitivamente o país em maio de 1997.

Contudo, depois desta (assim chamada) Primeira Guerra do Congo (1996-1997), o novo Presidente, conhecido na primeira década pós-colonial pela sua colaboração com a excursão congoleza de Ernesto Che Guevara⁶ não negou apenas as prometidas liberdades democráticas à população. Ao mesmo tempo, rompeu a relação com os seus anteriores parceiros Ruanda e Uganda⁷, potencializando, assim, a insatisfação popular especialmente na região de Kivu, onde, em janeiro de 1998, os Tutsis banyamulenge deslancharam com o apoio ruandês uma guerra civil que envolveu, também, Angola, Zimbabwe e Namíbia, já que os seus governos tinham atendido a solicitação de Kabila por suporte militar contra os rebeldes.

Esta Segunda Guerra do Congo (1998 – 2003) - chamada na literatura como *Guerra Mundial Africana* (Castellano da Silva 2012), devido ao número dos *stakeholders* envolvidos e à elevada mortandade - por mais que tenha sido oficialmente encerrada com a intermediação da África do Sul e levada à instalação de uma missão militar da ONU, não superou a violência e as

⁶ Retomou o nome Congo como descrição oficial do país, mandou os seus aliados africanos se retirarem militarmente do país e abriu mão da prometida proteção dos Tutsis dentro do seu próprio território.

⁷ Aconselho a leitura do Capítulo “O Coração nas trevas de Che Guevara do livro de Castanheda “Che Guevara – A vida em vermelho” (2002).

instabilidades político-militares de um país que, abençoado com um extraordinário elenco de riquezas naturais (diamantes, ouro, cobre, urânio, cassiterita, coltan, cobalto), está sujeito, desde a entrada do colonialismo europeu, à práticas generalizadas de espoliação que mantém a esmagadora maioria da população num estado de extrema pobreza.

3. **Dos Condenados da Terra de Frantz Fanon à Afrotopia de Felwine Sarr**

As duas guerras mundiais proporcionaram o desacoplamento da Rússia e da China do mercado mundial e, ainda, levaram ao desmoronamento dos impérios coloniais da Europa. Mas, mesmo considerando que partes das elites destes mesmos impérios encaravam a descolonização política na Ásia e na África com bastante resistência – basta mencionar episódios como a tentativa dos holandeses de reconquistar o seu domínio político na Indonésia em 1947 e 1948, as guerras da França na Indochina (1946 - 1954) e na Argélia (1954 - 1962), ou a crise de Suez em 1956 - o colonialismo clássico era incompatível com a *Pax Americana* no mundo ocidental⁸ e com o funcionamento de um sistema global altamente polarizado pelo conflito sistêmico entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Contudo, por mais que as duas superpotências tenham transformado o mundo recém-descolonizado num objeto de acirradas disputas que giravam em torno da manutenção e/ou ampliação de suas zonas de influência em qualquer território desta parte do planeta, os líderes das nações emergentes mostravam pouca inclinação para se alinharem de forma automática a um dos dois blocos em questão. Externaram a sua postura de *non-alignment* em 1955, na Conferência de Bandung, Indonésia, onde os delegados asiáticos e africanos se apresentaram como representantes de um assim chamado Terceiro-Mundo, introduzindo na pauta da política internacional o conflito Norte-Sul e defendendo as suas linhas de ação, via de regra, com posições ideológicas altamente heterodoxas que misturavam ideias nacionalistas, desenvolvimentistas e socialistas. Mas, não obstante suas especificidades políticas, compartilhavam a ideia de que a inserção plena do Sul na órbita da civilização industrial era indispensável para superar de uma vez por todas, as mazelas sociais que o Sul herdara da época colonial.

⁸ Nesta época, os Estados Unidos, além de disporem de quase dois terços das reservas internacionais de ouro, eram responsáveis pela metade da produção industrial e do transporte mundial. Ou seja, em termos econômicos, “o mundo estava em suas mãos” (Kennedy, *ibid.* 343) e o comércio internacional incompatível com a manutenção de monopólios colônias.

No âmbito deste coro desenvolvimentista se destacava a voz dissonante de Frantz Fanon, conhecedor íntimo da luta anticolonial pela sua participação ativa na Frente Nacional de Libertação da Argélia, (FLN).

“Não percam tempo - ele escreve em sua obra principal, “Os Condenados da Terra” (2010, p. 358), publicado em 1961, no ano de sua morte – em estereis litanias ou em mimetismos nauseabundos. Deixemos essa Europa que fala sem parar do homem e ao mesmo tempo o massacra em todos os lugares em que o encontra. Há séculos, a Europa deteve a progressão dos outros homens e os subjugou aos seus desígnios e à sua glória, há séculos, em nome de uma suposta “aventura intelectual”, ela estrangula a quase totalidade da humanidade. (...) A Europa se recusou a toda humildade, a toda modéstia, mas também a toda solicitude, a toda ternura. Ela só se mostrou parcimoniosa com o homem, mesquinha, carniceira, homicida. (...) Podemos fazer tudo hoje, com a condição de não imitar a Europa, com a condição de não ter a obsessão de alcançar a Europa. (...) O Terceiro Mundo está hoje como uma massa colossal, cujo projeto deve ser tentar resolver os problemas para os quais essa Europa não deu solução.”

Mas como os povos recém descolonizados dariam soluções aos seus dramáticos problemas sociais e econômicos numa situação em que, nas palavras do próprio Fanon, "a apoteose da independência se transforma em maldição da independência" (ibid.p, 117) e "a potência colonial, com meios enormes de coerção, (...) diz: "Já que vocês querem a independência, podem tomá-la e morram".

Nesta situação, os líderes dos ex-colonizados enfrentavam uma alternativa de difícil trato: ou se submetiam às imposições de uma "estrutura neo-colonialista" (ibid. p. 194) que condenava a esmagadora maioria da população à "miséria insuportável"; ou insistiam na implementação de regimes autárquicos, procurando "responder à grande fome nacional, à grande miséria nacional com os meios miseráveis de que dispõe(m)." (ibid. p. 118).

No entanto, Fanon colocava pouca fé em políticas da segunda via, uma vez que, conforme ele, exigiam de “músculos atrofiados (...) um trabalho desproporcional.” (ibid. p. 118). Além disso, não nutria ilusão nenhuma sobre as tendências de usurpação do poder nas novas nações por parte da nova elite, desligada, por sua vez, das necessidades básicas do povo e disposta a

se submeter às determinações das potências (neo)-coloniais. Insistia, por esta razão, na conscientização política das classes populares, destacando que num país subdesenvolvido as lideranças políticas devem “fugir da capital nem da peste”, concentrando as suas atividades nas áreas rurais para “ativar os territórios mortos, as regiões que ainda não despertaram para a vida.” (ibid. p. 215). Ou, como escreve Jean Paul Sartre (ibid p.28) em seu Prefácio aos *Condenados da Terra*:

“Ele não dissimula nada: nem as fraquezas, nem as discórdias, nem as mistificações. (...) O leitor é advertido severamente contra as alienações mais perigosas: o líder, o culto da personalidade, a cultura ocidental e, igualmente, a volta do longínquo passado da cultura africana. A verdadeira cultura é a revolução; isto quer dizer que ela se forja a quente.”

Mas na medida em que o intelectual internacionalista de origem caribenha denunciava o (neo)-colonialismo como forma nova de transformar a Periferia num simples e ordinário apêndice econômico da Metrópole e, ainda, duvidava dos resultados das vias não capitalistas ao desenvolvimento, qual seria, diante desta dupla contramão, o caminho para superar o histórico contraste entre colonizado e colonizador dentro de uma perspectiva de emancipação social? A sua resposta a esta pergunta não deixava surgir dúvida nenhuma: defendia "a necessidade de uma redistribuição das riquezas" em nível global, uma vez que "a humanidade, sob pena de ver-se abalada, deverá responder à esta questão."(ibid. p. 118). E aconselhava os protagonistas do Sul a resistirem à tentação de mimetizar o viés civilizatório dos seus antigos colonizadores, rejeitando com vigor a ideia de que o escravo, ao tentar se igualar ao seu amo, pudesse conquistar sua liberdade.

"Decidamos - ele escreve na Conclusão dos *Condenados da Terra* (ibid. p. 363, 365, 366, destaque T.M.) - não imitar a Europa e orientemos os nossos cérebros e músculos para uma direção nova. (...). Não se deve, a pretexto de progredir, atropelar o homem, arrancá-lo de si mesmo, da sua intimidade, quebrá-lo e matá-lo. Não, não queremos alcançar ninguém. Mas queremos caminhar todo o tempo, noite e dia, em companhia do homem, de todos os homens. (...). Logo, camaradas, não paguemos tributo à Europa, criando Estados, instituições e sociedades inspirados por ela. A humanidade

espera outra coisa de nós, e não essa imitação caricatural e, no conjunto, obscena. Se queremos transformar a África em uma nova Europa, a América em uma nova Europa, então confiemos a europeus os destinos dos nossos países. Eles saberão fazer melhor do que os mais talentosos de nós. Mas se queremos que a humanidade avance, se queremos levá-la a um nível diferente daquele em que a Europa a manifestou, **então é preciso inventar, então é preciso descobrir**. Se queremos responder à expectativa dos nossos povos, **é preciso dirigir-se a outro lugar, e não à Europa.**"

Mas qual seria este "outro lugar"?

Na visão de Fanon, representava obviamente os territórios dos próprios (ex)-colonizados que, depois da paralisia que lhes tinha sido imposta através da intervenção imperialista, precisavam ser revitalizados pela implementação de caminhos de desenvolvimento que valorizassem a diversidade dos seus meios naturais e culturais dentro de uma perspectiva de *empowerment* das comunidades envolvidas.

Todavia, os líderes anticolonialistas, pelo menos em sua grande maioria, ficaram de ouvidos moucos em relação à esta advertência de Fanon. Pouco tempo depois dos primeiros momentos eufóricos, suscitados pela independência política, enfrentavam a duras penas os problemas relacionados com o passado colonial como a estruturação das economias nacionais pelas demandas dos seus antigos *imperial masters*, baixos níveis de educação formal, frágeis sistemas de saúde, a maldição do consumismo mimético, que incentivava a corrupção especialmente entre as elites urbanas, e conflitos tribais que, não raras vezes, resultavam na eclosão de guerras civis. Tratava-se de um elenco de fatores de reforço mútuo que, além de terem multiplicado a ocorrência de golpes militares e perpetuado fases de estagnação econômica, acabou sendo acompanhada pela implementação de programas de ajuste, impostos através de entidades internacionais como FMI e Banco Mundial que, por sua vez, provocavam a potencialização da pobreza social. Uma expressão nítida disso é o fato de que, em 2018, dos 54 estados africanos, 31 deles, pelas condições de sua vulnerabilidade social e econômica, eram caracterizados pela burocracia internacional como *Least Developed Countries* (LDCS) e abrigavam quase a metade dos 1.2 bilhões habitantes do continente. E se ainda levamos em conta que até 2050 a metade do crescimento populacional do planeta-terra

deve passar por países como Nigéria, República Democrática do Congo, Etiópia, Tanzânia e Uganda, saltará aos olhos que a viabilização de políticas de *self-reliance* na África se torna literalmente um imperativo categórico. Políticas, aliás, que precisam garantir, em escala crescente, condições de segurança alimentar através de cooperações operacionais entre as instâncias públicas, a sociedade civil em processo de organização e o setor privado, concebidas para a geração de *forward* e *backward linkages* entre atividades agrossilviculturais e iniciativas de agregação de valor e centradas nas especificidades histórico-culturais e socioambientais dos múltiplos espaços locais/microrregionais.

Por outro lado, é preciso constatar que, nos próprios países africanos, o debate sobre políticas alternativas ao vigente *status quo* que se relacionam com o desafio da sustentabilidade está em pleno vigor. E entre os intelectuais que têm dado contribuição de suma importância para o seu desenrolar, se destaca Felwine Sarr.

Economista e Professor na Universidade de Saint-Louis/Senegal, Sarr insiste que “a África pode reinventar-se desde que rearticule os legados históricos – incluindo o passado colonial – e escolha o seu caminho.” (2020). Contudo, esta reinvenção pressupõe – como ele mesmo realça - uma ferrenha luta pela representação justa de um continente que, explorado, dominado e desprezado historicamente pelos agentes do vitorioso capitalismo ocidental, (re)cria sociedades com pouca propensão à difusão da ideia do *self-reliance*, por sua vez, insumo necessário para avançar no processo da descolonização intelectual, psicológica e do conhecimento em todas as esferas da sociedade. E, conseqüentemente, ponto de partida indispensável para entender que “a utopia é uma potencialidade no espaço real e se se quiser que esta se torne realidade, há que mudar comportamentos e ativar essa potencialidade” (2020).

Nestes termos, Sarr retoma o veredito de Fanon sobre a necessidade das sociedades da África bem como as do Sul, de um modo geral, movimentarem os seus músculos e as suas mentes para uma direção nova. Uma direção, aliás, que, ao fugir da armadilha de um saber que tem renunciado ao sentido através da substituição do conceito pela fórmula (Adorno,

Horkheimer 2006, p. 18), visa o estabelecimento de um novo equilíbrio entre economia e ecologia dentro de uma perspectiva universal.

Abre-se mão de especular aqui e agora sobre a força prática que a abordagem de Sarr poderá alcançar futuramente no continente mais ancestral do mundo. Mas não pode haver dúvida de que o estabelecimento de um novo equilíbrio entre economia, ecologia e espiritualidade nos termos levantados pelo economista senegalês passa, fatalmente, por uma profunda reestruturação das relações de poder *from the bottom to the top* em cada país, e no continente como um todo.

E, no que diz respeito à esta perspectiva pan-africana, vale lembrar Samir Amin (1994) que, quatro anos após a queda do Muro de Berlim, realçou a necessidade de colocar em pé na África, na Ásia e na América Latina, grandes confederações de Estados, talhadas para viabilizar instituições financeiras autônomas, instrumentos próprios de controle dos recursos naturais, meios de comunicação independentes, um inteligente sistema de segurança militar e capacidades técnico-científicas ampliadas, ligadas às necessidades dos seus membros associados. Ou seja, o que, no dizer do finado Diretor do Instituto Africano de Desenvolvimento e Planejamento de Dakar, se tornará indispensável é a substituição do “internacionalismo míope do capital pelo internacionalismo dos povos” (ibid., p. 445, tradução T.M.).

Referências bibliográficas

ALENCASTRO DE, L., F. **O Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul, Companhia das Letras, São Paulo 2016.

AMIN, S. Die Aussensicht der europaeischen Linken. In: **PROKLA**. Zeitschrift fuer kritische Sozialwissenschaft, 22. Jahrgang, September 1993, p. 427 – 451.

CARPENTIER, A. **O reino deste mundo**. Martins Fontes, São Paulo, 2009.

CASEMENT, R. **Correspondence and report from his Majesty´s Consul at Boma respecting the administration of the Independent State of Congo**. Harris and Sons, London 1904.

CASTANHEDA, J, G. **Che Guevara**. A vida em vermelho, Companhia das Letras. São Paulo, 2002.

CASTELHANO DA SILVA, I. **CONGO – A guerra Mundial Africana**. Porto Alegre, 2014.

DRESSLER, S.; SCHMIDT, M.; ZIKA, G. **Landolfia. African Plants**. A Photo Guide, Forschungsinstitut Senckenberg, Frankfurt am Main 2014.

FANON, F. **Os Condenados Da Terra**. Prefácio de Jean Paul Sartre. Juiz de Fora 2006.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**. O breve século XX 1914-1991, Companhia das Letras. São Paulo, 1996.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**. Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. Boitempo Editorial. São Paulo, 2000.

KAUTSKY, K. **Sozialismus und Kolonialpolitik**. Dietz Verlag, Berlin 1907.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda Das Grandes Potências**. Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000, Rio de Janeiro 1989.

LENIN, W. I. Bericht der Kommission fuer die nationale und koloniale Frage. In: **Ausgewaehlte Werke Band III**. Dietz Verlag, Berlin 1970.

LENIN, W. I. Ueber unsere Revolution. In: **Ausgewaehlte Werke Band III**. Dietz Verlag, Berlin 1970.

MARX, K. Die britische Herrschaft in Indien. In: **Marx, Engels Werke (MEW) Band 9**, Dietz Verlag, Berlin 1975.

MARX, K. Die kuenftigen Ergebnisse der britischen Herrschaft in Indien. In: **Marx Engels Werke (MEW) Band 9**. Dietz Verlag Berlin 1975

MARX, K. **O Capital, Livro 1**. Civilização brasileira, Rio de Janeiro 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifest der Kommunistischen Partei. In: **Marx/Engels Werke (MEW) Band. 4**, Dietz Verlag, Berlin 1974.

MEREDITH, M. **O Detino da África**. Cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios, ZAHAR, Rio de Janeiro 2014.

MITSCHEIN, T. A. **Os povos colonizados, a via não capitalista ao desenvolvimento industrial e o legado de Frantz Fanon para o hemisfério Sul**. Publicações Trópico em Movimento, IENCI/UFPA, Belém 2015.

NEGT, O. **Dialética e História**. Crise e renovação do marxismo, Institutos Goethe do Brasil/Movimento, Porto Alegre 1984.

NEGT, O. Kluge, A. **Geschichte und Eigensinn**, ZWEITAUSENDEINS. Frankfurt am Main 1981.

PIPITONE, U. **La salida del atraso**. Um estúdio histórico comparativo, CIDE, México 1995.

SARR, F. Afrotopia em Conversa com Felwine Sarr. In: **AFROLIS**, 19.7. 2020.

SARR, F. **Afrotopia**. N. 1 publicações. São Paulo, 2017.